



CONGRESSO

Jornada reduzida, polêmica crescente

Proposta de Emenda à Constituição que acaba com regime de seis dias trabalhados por um de folga chega a 134 assinaturas. Enquanto governo defende mudança por meio de convenção coletiva, setor produtivo prevê demissões

» CAMILA CURADO
» JULIA PORTELA

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Deputada Erika Hilton (PsoL-SP) acredita que obterá 171 assinaturas para apresentar a PEC; Luiz Marinho considera a discussão "saudável"



Entenda a proposta:

Como pode ficar

Segundo o texto que deve ser protocolado na Câmara, a jornada de trabalho normal:

- » Não poderá ser superior a 8 horas diárias;
- » Não poderá ultrapassar 36 horas semanais;
- » Será de 4 dias por semana;
- » Entrará em vigor 360 dias após a publicação da lei.

Como é hoje

- » As regras atuais ditam que a jornada de trabalho não pode ser superior a 8 horas diárias, não pode superar 44 horas semanais, e poderá ser estendida por até 2 horas. Essas regras também estão previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Após ganhar as redes sociais, a campanha para acabar com a jornada 6x1 (seis dias trabalhados por um de folga) provocou manifestação tanto no meio político quanto no setor produtivo. A proposta, defendida pela deputada federal Erika Hilton (PsoL-SP) reúne aproximadamente 100 assinaturas de parlamentares. Precisa de pelo menos 171 adesões para ser protocolada como Proposta de Emenda Constitucional. Ontem à noite, a deputada informou ter obtido 134 assinaturas.

O texto foi formulado pelo movimento social Vida Além do Trabalho (VAT), liderado pelo vereador eleito Rick Azevedo (PsoL-RJ), que recebeu quase 30 mil votos em outubro. O objetivo é mudar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelece um dia como o período mínimo de descanso para o trabalhador.

Integrantes do Partido dos Trabalhadores têm visões distintas da proposta. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que a jornada de trabalho precisa ser discutida em convenção coletiva. "O Ministério do Trabalho e Emprego entende que a questão da escala de trabalho 6x1 deve ser tratada em convenções e acordos coletivos de trabalho. A pasta considera, contudo, que a redução da jornada para 40h semanais é plenamente possível e saudável, quando resulte de decisão coletiva", escreveu o ministro em seu perfil no X.

Para o titular da pasta, a discussão é relevante. "O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem acompanhado de perto o debate e entende que esse é um tema que exige o envolvimento de todos os setores em uma discussão aprofundada e detalhada, considerando as necessidades

específicas de cada área", observa a pasta.

Já o secretário de Comunicação do PT, deputado federal Jilmar Tatto, defendeu que a posição do partido é favorável à proposta. "A redução da jornada de trabalho, sem redução nos salários, é bandeira de luta da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do movimento sindical em geral e do PT", disse. A própria CUT, no entanto, ainda não se pronunciou sobre a proposta.

Nas redes sociais, o vereador eleito Rick Azevedo afirmou que um ato nacional pelo fim da escala 6x1 está sendo organizado para esta sexta-feira, dia 15. Ele diz estar articulando com organizações e movimentos de vários estados do país para reunir o máximo de pessoas possíveis e fortalecer o movimento.

Tema de mobilização política, o fim da jornada 6x1 enfrenta resistências no setor produtivo. A

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgou nota ontem, com posicionamento contrário à proposta. A entidade prevê uma "onda de demissões".

"Embora entendamos e valorizemos as iniciativas que visam promover o bem-estar dos trabalhadores e ajustar o mercado às novas demandas sociais, destacamos que a imposição de uma redução da jornada de trabalho sem a correspondente redução de salários implicará diretamente no aumento dos custos operacionais das empresas. Esse aumento inevitável na folha de pagamento pressionará ainda mais o setor produtivo, já onerado com diversas obrigações trabalhistas e fiscais", informa o texto da CNC.

"O impacto econômico direto dessa mudança poderá resultar, para muitas empresas, na necessidade de reduzir o quadro de

funcionários para adequar-se ao novo cenário de custos. Com isso, antecipamos que, ao invés de gerar novos postos de trabalho, a medida pode provocar uma onda de demissões, especialmente em setores de mão de obra intensiva, prejudicando justamente aqueles que a medida propõe beneficiar", prossegue o texto.

A CNC pede, ainda, uma reflexão dos parlamentares sobre o assunto. "A CNC conclama os parlamentares a reavaliar esta proposta e buscar alternativas que promovam o desenvolvimento econômico, a preservação dos empregos e o bem-estar dos trabalhadores sem onerar excessivamente as empresas e comprometer a estabilidade do mercado de trabalho brasileiro", conclui a entidade setorial.

Caso obtenha as 171 assinaturas favoráveis, a PEC contra a jornada 6x1 será submetida à Mesa Diretora da Câmara dos

Deputados. Em seguida, caberá ao presidente da Casa, Arthur Lira, decidir quando encaminhá-la à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para análise de admissibilidade. Se aprovada, será enviada a uma Comissão Especial para debate e possível inclusão de emendas.

Tramitação

Uma vez aprovada pela Comissão Especial, a PEC segue para o plenário, onde precisará do apoio de três quintos dos deputados (308 votos), em dois turnos. Após essa etapa, a proposta passará por um rito semelhante no Senado Federal, também exigindo três quintos dos votos (49) em dois turnos. Caso aprovada sem modificações, o texto será enviado para sanção. Se houver alterações, retornará à Câmara.

Em 2019, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) apresentou a

PEC 221 para reduzir a jornada semanal para 36 horas, em uma transição gradual de 10 anos. Segundo ele, a medida seria "seria uma saída para impulsionar a economia, levando à melhoria do mercado de trabalho". Na avaliação do parlamentar, a mudança "permitiria a geração de novas oportunidades de ocupação e a diminuição do desemprego, da informalidade e da precarização".

Em maio, a Frente Parlamentar em Defesa da Redução da Jornada de Trabalho foi lançada na Câmara dos Deputados com participação dos metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), formada para apoiar a PEC de autoria do deputado Reginaldo Lopes.

A proposta do parlamentar petista, no entanto, permanece aguardando pela designação de uma relatoria na Comissão de Constituição e Justiça.

Aborto volta a ser tema de comissão

A presidente da Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Caroline de Toni (PL-SC), pautou para hoje a votação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o aborto no Brasil.

O texto foi apresentado em 2012 pelo então deputado Eduardo Cunha (Republicanos-RJ). Na ocasião, o parlamentar defendeu a mudança no artigo 5º da Constituição. Ele propôs acrescentar o termo "desde a concepção" na redação.

"A discussão acerca da inviolabilidade do direito a vida não pode excluir o momento do início da vida", escreveu Cunha no projeto. "A vida não se inicia com o nascimento e sim com a concepção." O texto conclui: "Em resumo, essa proposta garante que os fetos tenham o mesmo direito a inviolabilidade do direito a vida."

A proposta acabaria com a possibilidade de aborto no país.

Hoje, a gravidez pode ser interrompida se houver risco à vida da mulher, em casos de estupro ou se o feto tiver anencefalia (malformação do cérebro).

A PEC 164/12, conhecida como a PEC da Vida pelos grupos que apoiam sua aprovação, tem como relatora a deputada bolsonarista Chris Tonietto (PL-RJ). Nesta terça-feira, a expectativa é de que ela leia seu parecer sobre a proposta. A parlamentar é vice-presidente da CCJ e coordena a Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida.

Depois, os deputados podem pedir vista — mais duas sessões para analisar a proposta — ou a votação pode começar. Se for aprovado na CCJ, o texto ainda deverá ser analisado por uma comissão especial e, depois, ir ao plenário.

Ao **Correio**, a presidente da comissão, Caroline de Toni (PL-SC), afirmou que a PEC é uma



Caroline de Toni afirma que a PEC que criminaliza o aborto é uma "luta pela dignidade humana"; Erika Kokay considera um "retrocesso"



"luta pela dignidade humana". "A PEC da Vida é uma luta pela dignidade humana e pela proteção de todas as vidas, especialmente das mais vulneráveis. A decisão de amanhã é um passo crucial para garantir a inviolabilidade da vida humana desde a concepção, e sua aprovação na CCJ será uma vitória para a sociedade", disse, em nota.

Já a deputada Erika Kokay (PT-DF), participante suplente

da CCJ, afirma ao **Correio** que a PEC é um "retrocesso". "Depois de não conseguir emplacar o PL do Estupro, a extrema direita tenta, mais uma vez, investir contra os direitos das mulheres e acabar com a interrupção legal da gravidez. Chega de desrespeito à vida das mulheres, chega de premiar o estupro e os estupradores! A PEC de Eduardo Cunha é um retrocesso, e nós trabalharemos para que ela não seja votada", disse.

Crime de homicídio

Há, ainda, um segundo projeto sobre o tema. O projeto (PL 1904/24) equipara aborto de gestação acima de 22 semanas a homicídio, mesmo em caso de estupro em crianças.

Em junho, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a criação de uma comissão especial para análise da proposta.

"O colégio de líderes aqui

presentes deliberou também debater — debater — esse tema de maneira ampla no segundo semestre, com a formação de uma comissão representativa, que desta forma o aqodamento ou as perguntas não terão como fluir, porque nós só iremos tratar disso após o recesso, na formação desta comissão", declarou Lira na época.

O texto altera o Código Penal e estabelece pena de homicídio simples nos casos de aborto em fetos com mais de 22 semanas. (JP)